
Geografia e patrimônio

O sertão do IPHAN pelas viagens e fotografias de Edgard Jacintho

Geografía y patrimonio: El interior de IPHAN debido a los viajes y fotografías de Edgard Jacintho

Geography and heritage: The backlands of IPHAN due to the travels and photographs of Edgard Jacintho

Géographie et patrimoine : Les arrière-pays d'IPHAN grâce aux voyages et photographies d'Edgard Jacintho

Rachel de Almeida Moura



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/7589>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.7589

ISSN: 2316-7793

Editora:

Laboratório de Geografia Política - Universidade de São Paulo, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Referência eletrônica

Rachel de Almeida Moura, «Geografia e patrimônio», *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 14 | 2020, posto online no dia 31 dezembro 2020, consultado o 18 março 2021. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/7589> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.7589>

Este documento foi criado de forma automática no dia 18 março 2021.

© Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Geografia e patrimônio

O sertão do IPHAN pelas viagens e fotografias de Edgard Jacintho

Geografía y patrimonio: El interior de IPHAN debido a los viajes y fotografías de Edgard Jacintho

Geography and heritage: The backlands of IPHAN due to the travels and photographs of Edgard Jacintho

Géographie et patrimoine : Les arrière-pays d'IPHAN grâce aux voyages et photographies d'Edgard Jacintho

Rachel de Almeida Moura

Introdução

- 1 O IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – surgiu no primeiro governo de Getúlio Vargas,¹ em 1936. O instituto foi criado no seio de uma política intervencionista, que preconizava a criação de autarquias e conselhos nacionais para monitorar setores específicos e garantir o desenvolvimento, a segurança e a integração nacional.
- 2 Para o governo, o nacionalismo funcionava como instrumento para deixar a nação mais coesa e integrada. Dessa forma, Getúlio Vargas inaugurou um processo que resultou numa série de mudanças políticas, econômicas e culturais no país, respaldando-se na legitimidade dada pelos homens da ciência. Tais mudanças são respostas aos anos da década de 1920, em que o tenentismo, a semana de arte moderna, os movimentos operários, entre outros eventos, pressionavam para o fim da política café-com-leite e em prol da modernização e nacionalização da cultura brasileira. Por essa razão, podemos considerar o patrimônio como uma das ferramentas para atingir os objetivos do governo.
- 3 Segundo Rubino (1996), os fundamentos para a retórica do patrimônio têm características universalizantes como o conceito de cidadão e bem público. Assim, o patrimônio deveria expressar um conhecimento profundo de uma nação, seja em

matéria de história, arte ou arquitetura. No caso brasileiro, vários autores já demonstraram como, a partir do Estado Novo, o ideário de patrimônio passou a integrar o projeto de construção da nação brasileira (Fonseca, 2009; Chuva, 2009; Gonçalves, 1996; Rubino, 1996).

- 4 Chuva (2009) apresenta o papel dos intelectuais na construção do IPHAN e na consolidação das políticas patrimoniais no Brasil. O grupo de modernistas, sobretudo os arquitetos, marcaram seu trabalho por meio de uma rede de relações com a burocracia estatal. A equipe reunida pelo primeiro diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, era formada pelas suas vivências durante a década de 1920 e constituía-se de arquitetos, artistas plásticos, pesquisadores, fotógrafos e engenheiros imbuídos na concretização de um projeto baseado nas políticas de tombamento e na definição dos bens patrimoniais como aqueles resultantes da herança europeia. (Chuva, 2009).
- 5 Os trabalhos dos intelectuais no contexto de criação do IPHAN produziram uma orientação de atuação que seguiu a lógica da produção de um conhecimento sobre o Brasil através das viagens. Elas possuem um contexto extenso em que a evidência, “o estar lá”, qualifica as experiências dos viajantes e implica no registro, classificação e exposição do Brasil. A viagem participa da invenção de um território da mesma forma que da construção de seu conhecimento e do seu domínio.
- 6 A partir disso, propomos uma reflexão sobre as viagens de “reconhecimento” do Brasil realizadas pelo IPHAN nas suas primeiras décadas de atuação com o objetivo de compreender como esta instituição produziu uma geografia do Brasil. Dessa forma, ao focalizarmos as viagens de um funcionário do IPHAN, Edgard Jacintho, descobrimos uma geografia do IPHAN que conecta aventuras, acontecimentos, construções imagéticas de um território, além do litorâneo, que comportou a natureza e o homem; um território definido pelas viagens do funcionário Edgard Jacintho.

1. A geografia do IPHAN: a herança das viagens

- 7 Várias instituições, além do IPHAN, fizeram da viagem uma prática científica para legitimar as políticas públicas nacionais, pois a tradição das viagens marcou a história da civilização ocidental tanto no âmbito imperialista quanto no científico; tornou-se um pilar na construção de várias ciências; e foi utilizada pelo Estado Nacional em diversas políticas.
- 8 No caso do IPHAN, as viagens institucionais foram inspiradas naquelas realizadas pelos modernistas. A primeira ocorreu em 1924 e nela estavam, entre outros, Mario de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral. Eles foram para as cidades históricas de Minas Gerais, onde a paisagem mineira, composta por obras atribuídas a Aleijadinho bem como a arquitetura colonial e católica, foi o fermento para o desenvolvimento de várias ideias sobre o país e sobre a necessidade de se desenvolver uma política de preservação nacional.
- 9 A ida a Minas ficou conhecida como “viagem de descoberta do Brasil”, já que os modernistas estavam em busca dos traços históricos e artísticos da civilização brasileira. O vigor exploratório dos modernistas sustentou um projeto cultural distribuído em diversos campos da cultura. Em seu caráter estético era necessário “olhar para dentro” na busca das verdadeiras origens da nação brasileira.

- 10 Se nas viagens dos naturalistas procurava-se mostrar o mundo tropical e exótico para os europeus, por meio do trabalho dos pintores de paisagem e pelos relatos dos naturalistas; nas viagens científicas do Brasil pós-imperial e naquelas dos intelectuais modernistas procurava-se mostrar um Brasil para o Brasil, desta vez através do suporte fotográfico e literário necessário para isso. O que temos é uma continuidade da racionalização do mundo brasileiro por meio das viagens dos modernistas e, posteriormente, do IPHAN.
- 11 Os modernistas defendiam que as viagens pelo interior seriam mostruários do lado “oculto” do Brasil, pois através delas definiram os lugares e escreveram sobre eles. A visão dessas pessoas esteve presente também nos primeiros anos de atuação do IPHAN. Foi a identificação do território, juntamente com a experiência nele, que o tornou apropriado, isto é, reconhecido parte do Brasil.
- 12 A chegada de um funcionário do IPHAN dava visibilidade ao local, pois logo se iniciava uma discussão sobre o tombamento de imóveis particulares nos jornais. Embora os viajantes da agência do patrimônio fossem os peritos, que dominavam o aspecto técnico e burocrático para registrar e expor a memória nacional, autores como Gonçalves (1996) e Chuva (2009) destacam a subjetividade presente nos processos de escolha sobre a definição dos bens a serem tombados. Esses autores argumentam que as decisões sobre os tombamentos dependiam exclusivamente da capacidade de convencimento dos envolvidos nos processos de tombamento, especialmente daqueles que compunham o Conselho Consultivo da repartição.
- 13 Judith Martins, secretária do primeiro diretor do IPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, em entrevista, lembrou que o diretor movimentava amigos, juristas, literatos “gente que entendesse do assunto, que era praticamente novo, aqui no Brasil, para estudarem o projeto de Mário de Andrade” (que deu origem à lei que funda o IPHAN). O prestígio do diretor era enorme e atraía pessoas de importância, não apenas intelectuais, mas também políticos. Judith Martins citou nomes de intelectuais que trabalharam direta ou indiretamente para o IPHAN, entre eles: Oswaldo Teixeira, Edmundo Lins, Prudente de Moraes Neto, Lucio Costa e Mario de Andrade e Carlos Drummond de Andrade. O Conselho Consultivo também era composto por intelectuais que circulavam entre espaços institucionais como o Museu Nacional de Belas Artes, Museu Histórico Nacional, e contava com a presença de Oswaldo Teixeira, Heloísa Alberto Torres, Gustavo Barroso, Roquette-Pinto, Gilberto Ferrez, Manuel Bandeira, Afonso Arinos e outros tantos, conforme explicitado por Fonseca (2009).
- 14 A centralização das decisões na figura do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade foi um fator importante. Através das correspondências para os chefes das superintendências locais, e até mesmo diretamente para os fotógrafos, o diretor definia os lugares prioritários e administrava as viagens em andamento. Toda a documentação enviada pelos viajantes chegava nas mãos do diretor e por ele era confirmada via carta ou telegrama, na qual, muitas vezes, ele aproveitava para indicar outras ações ou cobrar pendências. Nas cartas, havia a formalidade necessária que legitimava a ação do IPHAN, ao mesmo tempo em que permaneciam traços informais de um diretor que comandava uma instituição e fazia os ajustes necessários devido à falta de verbas e às dificuldades exigidas no reconhecimento de um país de dimensões continentais. Dessa forma, por exemplo, ciente da passagem de alguma pessoa de sua rede de influências e interessada em contribuir com a instituição, o diretor a acionava e solicitava sua ajuda ou até mesmo a tornava prestadora de serviços. Às vezes, o envio do funcionário

ocorria em virtude de algum contato de intelectuais e amigos do diretor que, ao observarem determinada paisagem, consideravam necessário o olhar e registro da instituição. Outras vezes, autoridades locais também solicitavam a avaliação de alguma construção entendida pela comunidade como relevante para memória nacional.

- 15 Costumava-se usar credenciais, geralmente a carta de apresentação do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade e contatos prévios com autoridades civis e religiosas. Tal antecipação se fazia necessária, acima de tudo, para a operacionalização das viagens nas áreas mais distantes e num período com poucas superintendências capazes de oferecer suporte logístico. O deslocamento era providenciado, na maioria das vezes, por veículos emprestados de órgãos estaduais ou municipais e a hospedagem ficava a cargo da autoridade local, que cedia espaço em alguma residência. Outras viagens tinham o caráter de inspeção de obras, na qual as fotografias serviam de fonte para as restaurações e comprovação do andamento das reformas. As viagens resultaram, ainda, em artigos publicados nos números da *Revista do Patrimônio*, fato que evidencia a importância da Revista para a divulgação de uma geografia imaginária do Brasil.
- 16 Em muitos percursos, utilizava-se o trem, ainda com uma malha ferroviária destinada ao transporte de passageiros entre municípios e estados e o navio inglês Alcântara para o deslocamento de São Paulo ou Rio de Janeiro, em direção à região Nordeste.² Outras viagens eram feitas de avião até alguma capital, onde se seguia de carro. As viagens eram divulgadas em jornais e em publicações do IPHAN.
- 17 Especialmente nas três primeiras décadas do IPHAN, o levantamento fotográfico era imprescindível para qualquer ação da instituição. Podemos dizer que a fotografia delimitava o território da memória. Qualquer pendência, discussão acerca de um objeto, edifício ou localidade tinha como recurso a imagem fotográfica. Nos primeiros dez anos de funcionamento da instituição, o Rio de Janeiro era a área central e havia apenas quatro superintendências: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e São Paulo. Embora as superintendências tivessem o objetivo de trabalhar em vários estados, alguns foram mais privilegiados do que outros. A geografia do patrimônio foi marcada pelo litoral, em cidades históricas da colonização portuguesa e por cidades de pujança barroca do estado de Minas Gerais, padrão arquitetônico escolhido pelos intelectuais modernistas como basilar da memória nacional. Em contraposição, há o que chamamos de uma geografia do sertão do IPHAN, aqueles estados mais afastados, de difícil acesso, história mais recente, com poucos indicativos do padrão da memória nacional definido pela instituição.
- 18 O trajeto escolhido em cada uma das viagens era baseado no percurso dos viajantes naturalistas (que seguiram os caminhos abertos pelos bandeirantes, que, por sua vez, muitas vezes haviam trilhado os caminhos indígenas chamados *peabirus*). Em entrevista, Jacintho (1988) também afirmou ter se guiado por esses desbravadores anteriores.
- 19 Segundo Barbo e Ribeiro (2015), no século XVIII, a partir de Vila Boa de Goiás, uma rede de caminhos irradiava-se em cinco direções distintas.
- 20
 1. De Vila Boa (Cidade de Goiás) para Leste, ia a Corumbá, Santa Luzia chegando a Paracatu em Minas Gerais e depois para o sul até a capital Rio de Janeiro – Estrada Picada de Goiás (caminho correspondente ao dos naturalistas Pohl e Saint-Hilaire).
 2. De Vila Boa (Cidade de Goiás) para Oeste, passava por Cuiabá e terminava em Vila Bela no Mato Grosso – Estrada do Cuyabá.
 3. Da Cidade de Goiás para o nordeste, passando por Couros e São Domingos até

Salvador – Estrada da Bahia ou Caminho dos currais.

4. Da Cidade de Goiás, passando por Pilar de Goiás, levava a todos os arraiais do norte de Goiás (Traíras, Cavalcante, Natividade e Descoberto do Carmo) – Estrada do Norte.

5. Da Cidade de Goiás na direção sul-sudeste, passava por Meia-Ponte (atual Pirenópolis), Bonfim, Santa Cruz, Mogi e chegava a São Paulo – Estrada de Goyazes – o primeiro caminho oficial da região.

- 21 Parte dessas estradas antigas se tornaram rodovias a partir das décadas de 1940 e 1950. A BR-040 conecta o Rio de Janeiro a Brasília, segue a Picada de Goiás, enquanto a Rodovia Anhanguera, junto com a BR-50, está associada ao pioneiro caminho de Goyazes; a BR-070 segue parte da Estrada do Cuyabá; a GO-118 é o caminho que, de Planaltina (antiga Mestre d'Armas) se chegava a Arraiás e Natividade indo até o extremo norte; a BR-242 é, em sua quase totalidade, a antiga estrada dos Currais.
- 22 A lógica espacial do trajeto de Edgard Jacintho foi aprofundar o máximo possível nas regiões mais afastadas dos núcleos urbanos e onde se localizavam os remanescentes de pequenos povoados, os denominados *arraiais*, surgidos no decorrer do século XVIII em decorrência da extração e escoamento de ouro. A opção pela valorização da arquitetura colonial e da história dos bandeirantes conduz o funcionário do IPHAN pelos antigos caminhos, principalmente a partir de Goiânia, ao qual chegava de avião. Após a década de 1960, Brasília passa a ser o ponto de partida das viagens.

2. O sertão do IPHAN

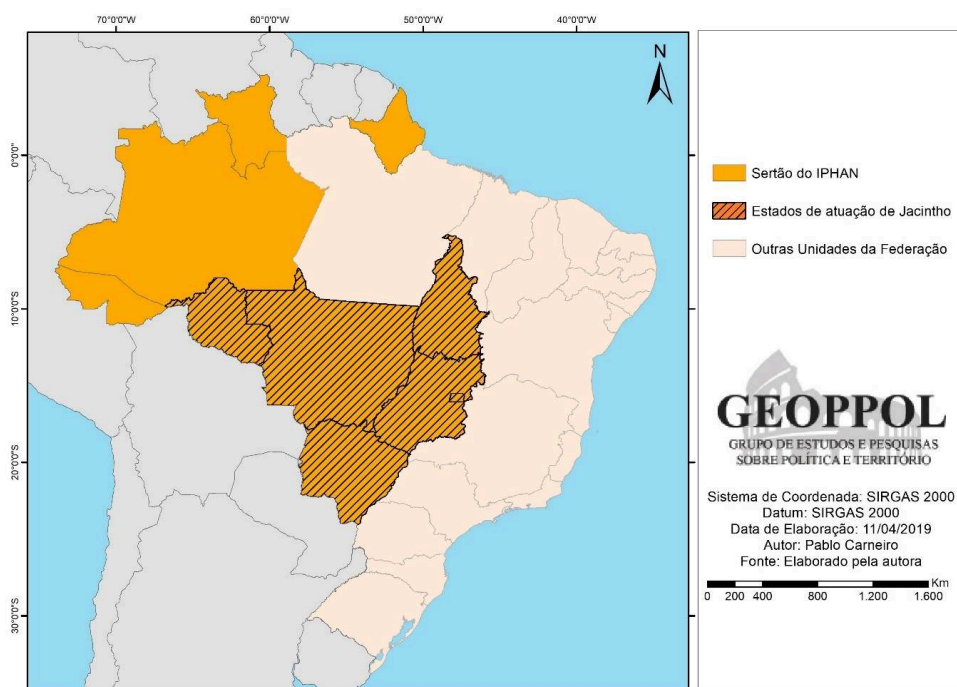
- 23 O sertão é um espaço fluido, ligado a uma geografia imaginativa, e apropriado pela cultura política do Governo Vargas e suas instituições recém-criadas. Em vários documentos, funcionários e o diretor do IPHAN fazem menção ao sertão. Em resposta à carta de Godofredo Filho, em 03/10/1939, o diretor geral concorda com todas as sugestões do funcionário em relação ao fotógrafo Kruze e confirma indenização pelas “quantias [que] tiver despendido [na] viagem [ao] sertão”. Nesse caso, trata-se de trabalhos realizados no estado da Bahia e a palavra sertão é utilizada para designar o interior.
- 24 As viagens para o interior do Brasil buscavam terras incógnitas para o patrimônio. Segundo Wright (1947), as terras incógnitas são terras literais ou imaginárias que simbolizam os limites do conhecimento pessoal e geográfico. Independentemente da competência geográfica, todos indivíduos têm sua terra incógnita – área da terra de que não têm experiência em primeira mão e para as quais seu conhecimento e compreensão está baseado em textos e imagens. Dessa forma, evidências empíricas de um determinado recorte espacial são abordadas na elaboração de um saber geográfico imaginativo. Para Ryan e Schwartz (2009: 6), a geografia imaginativa consiste, em essência, em uma cadeia de práticas e processos pelos quais informações geográficas são reunidas, fatos geográficos são ordenados e geografias criativas são construídas.
- 25 A terra incógnita molda conceitos geográficos à medida em que é uma resposta emocional para a paisagem ou uma explicação sobre uma planície – podem existir terras incógnitas pessoais, comunitárias e nacionais. Wright (1947) reconheceu que tal mediação mental não é unidirecional, isto é, a imaginação não é meramente componente reativo na produção de conhecimento geográfico, mas ativo, pois a geografia é produzida na interface entre o mundo real e o percebido.

- 26 Daniels (2011) se pergunta onde materialmente está a imaginação geográfica e responde que, para além de seu lugar tradicional – a mente humana –, a imaginação está embutida em formas de mídia, instrumentos, instituições, órgãos do governo, escolas, bibliotecas, museus. Em outras palavras, a imaginação geográfica repousa nos locais onde as imagens são produzidas. Por fim, a imaginação geográfica está na própria substância e estrutura das paisagens, ou seja, na maneira como vemos, trabalhamos e nos movemos através da paisagem. Dessa forma, é essa materialidade evidenciada nas viagens de Edgard Jacintho e nos documentos produzidos a partir delas: relatórios, fotografias, artigos científicos e processos de tombamento.
- 27 Encontramos no arquivo institucional a forte relação da palavra sertão com as representações de interior, áreas distantes ou mesmo relacionadas à fronteira oeste do Brasil – dado o difícil acesso a determinadas localidades pela instituição. Conforme estudos de Chuva (2009), Rubino (1996), Fonseca e Cerqueira (2008), a concentração de ações patrimoniais em determinados estados brasileiros foi causada pelo padrão arquitetônico barroco definido pelos *experts* como representante da cultura nacional, a partir, sobretudo, da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Ademais, focalizar cidades como Recife, Salvador e Rio de Janeiro nada mais é do que perseguir a história colonial, que se iniciou pelo litoral.
- 28 O sertão do IPHAN é o contraponto desse padrão geográfico, carregando em si o sentido de avanço do patrimônio. Embora houvesse, de fato, dificuldade de acesso a determinados pontos do território brasileiro, o que implicava em estratégias de viagens bem consolidadas para não haver desperdício de recurso, bem como o aproveitamento de colaboradores que estivessem em algum lugar de interesse; este não é o fator primordial para a escolha de alguns estados em detrimento de outros. Em carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade à Mario de Andrade em 17 maio de 1937:
- [...] Estou providenciando ativamente para intensificar também os trabalhos na Paraíba, em Pernambuco, Bahia, Minas, Paraná, Rio Grande do Sul e aqui no Distrito Federal, a fim de que, ao terminar o primeiro semestre do ano, já tenhamos um inventário apreciável do patrimônio histórico e artístico nacional em matéria de arquitetura. Do que de mais importante faltarão apenas dados sobre o Maranhão e o estado do Rio, que procurarei coligar no segundo semestre, juntamente com os relativos aos outros estados de *patrimônio mais pobre* [...]. (ANDRADE, 1987: 126 grifo nosso)
- 29 Nesta carta, o diretor está solicitando a Mario de Andrade a realização de um inventário de todos os bens que poderiam ser tombados no estado de São Paulo. O IPHAN ainda embrionário tinha, aos olhos do seu diretor, prioridades definidas pelo que ele entendia ser os “estados mais importantes” em oposição aos de “patrimônio mais pobre”. Nessas ações iniciais, o diretor entrou em contato com vários intelectuais espalhados pelo país para que, a partir das sugestões deles, pudesse providenciar o trabalho necessário. Nesse sentido, até mesmo a localização geográfica desses intelectuais interferiu no foco de atuação da instituição, pois, além do diretor ser de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco apresentavam a principal rede de contatos de Rodrigo Melo Franco de Andrade.
- 30 Da mesma forma, a sede do IPHAN era na capital da república, na cidade do Rio de Janeiro, as representações locais são determinadas pelo padrão de patrimônio definido. Inicialmente, eram apenas quatro representações. Com o passar dos anos, o IPHAN se distribuiu espacialmente até conseguir, em 2009, estar presente em cada estado brasileiro e no Distrito Federal (Brasília). Contudo, se observamos tal processo de

expansão, podemos perceber qual era o sertão do IPHAN, uma vez que os estados estão sempre associados a outros estados tornando-se os últimos a terem representações estaduais independentes. Esse foi o caso das superintendências de MT, MS, TO, criadas em 2004, e a do AC, criada em 2009.

- 31 Assim, os “estados de patrimônio mais pobre” são aqueles distantes dos intelectuais e do padrão arquitetônico de Ouro Preto, num sentido qualitativo, ou, ainda, aqueles que possuem poucos exemplares do que era considerado a memória nacional, num sentido quantitativo. De qualquer maneira, a ideia de distância continua implícita e, por isso, esses estados são chamados por nós de sertão do IPHAN.
- 32 A distância remete à ausência da instituição no referido sertão e, embora de “menor importância”, precisava ser ocupado pela memória nacional, mais um item rumo ao progresso e integração do país prometido no governo de Getúlio Vargas e inserido no contexto ideológico da criação de um órgão a serviço da nação brasileira.
- 33 Mesmo não havendo um espaço totalmente delimitado para o sertão, a divisão político-administrativa do país foi essencial para a prática burocrática da instituição. O sertão do IPHAN pode ser representado no mapa a seguir (Figura 1):

Figura 1: O Sertão do IPHAN



Fonte: Elaboração própria

- 34 Para definirmos os estados que correspondem ao sertão do IPHAN consideramos a carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade, citada anteriormente, bem como a atuação efetiva da instituição nos primeiros anos. O estado do Pará, embora distante fisicamente do Centro-Sul do país, recebeu atenção desde os primeiros anos, sendo a sua capital totalmente inventariada e seu primeiro tombamento feito em 1940, com outros 10 realizados até 1950.
- 35 O estado do Acre só teria um bem tombado em 2007: a casa de Chico Mendes (processo 1549-T-07); assim como em Roraima apenas em 2002. Pará, Amazonas, Amapá e

Rondônia foram objeto de investigação desde as décadas de 1940 e 1950, porém com uma representação no cenário brasileiro aquém dos estados “importantes”. O mesmo ocorreu com Goiás e Tocantins, ainda um único estado; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Foram inventariados por Edgard Jacintho, nas mesmas décadas, e abertos processos de tombamentos nas décadas posteriores, indicando uma projeção para valorização futura, outra característica representativa do sertão.

2.1. A ausência da instituição e de exemplares excepcionais

- 36 A “ausência” do trabalho do IPHAN nos estados da região centro-oeste é uma característica que demonstra que se trata de um espaço no interior, de difícil acesso, ou ainda de menor importância por serem estados “de patrimônio pobre”. Por essa razão, Edgard Jacintho cobrou a presença efetiva da instituição em carta ao diretor, em 1975, presente no processo de tombamento 553A-T-57, folha 10, a respeito da falta de ações de patrimonialização em Mato Grosso, uma vez que o funcionário realizou estudos e inventários e propôs o tombamento da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Cuiabá ainda na década de 1950. Em sua cobrança também ressaltava que a área de Mato Grosso era carente de outros testemunhos e não poderia, portanto, demorar para que alguma ação de preservação fosse efetivada.
- 37 Anteriormente, em 1968, por ocasião da ida do arquiteto Rocha Miranda à Cuiabá, Edgard Jacintho já havia solicitado a atenção da instituição para Mato Grosso, lembrando de seu trabalho na década de 1950. Inventariado, mas ainda sem gestão patrimonial. A carta demandava também a necessidade de retomar as discussões sobre a abertura do Museu das Monções “como marco evocador do fato histórico preponderante na formação da nacionalidade”. A falta de continuidade de políticas patrimoniais também configura a categoria sertão do IPHAN.
- 38 A busca pelo padrão arquitetônico e a arte barroca encontrados nas cidades históricas de Minas Gerais continuava nas viagens de Edgard Jacintho. A única referência clara ao barroco foi encontrada em seu estudo na cidade de Jataí, em 1954. Jacintho fotografou a antiga casa de câmara e cadeia evidenciando a madeira da sacada e do interior. Em carta ao diretor, datada de 04 de fevereiro de 1954 e anexada ao processo de tombamento n.553A-T-57, folha 13, há um trecho em que escreve o seguinte (grifo nosso):
- A importância do monumento é considerável em relação aos conjuntos arquitetônicos tombados naquela cidade, pois se situa ao lado do antigo Palácio dos Governadores, servindo ambos de pórtico à área tombada.
- Embora internamente não tenha o mesmo interesse, a sua concepção arquitetônica constitui um *dos raros exemplares na região que mostra indícios de influência barroca*.
- 39 Contudo, o sertão revelou outra paisagem. Assim, Edgard Jacintho foi questionado pelo chefe da Seção de História, em 1952, sobre sua indicação para o tombamento da igreja localizada no Arraial do Ferreiro, em Goiás, uma vez que a sua arquitetura era bastante modesta. Sua resposta foi:
- Esclarecemos que ao apontar o cunho histórico desta igreja, consideramos a singularidade de constituir esta edificação único marco material desse “lugar do arraial do ferreiro em que se formou o primeiro arranchamento” [...]. Embora não tenha sido de fato dos dias de arranchamento foi, todavia construída em época ainda contemporânea dos primeiros povoadores de Goiaz. (processo 471-T-52, grifo do autor).
- Outroassim explicamos ainda que ao mencionar o monumento como “dos melhores

exemplares da igreja goiânia do séc. XVIII tivemos em vista, principalmente, a acentuada pobreza da suntuária das igrejas da região. Daí não chegar a constituir “um exemplar arquitetônico particularmente interessante do ponto de vista da história da arquitetura” no plano nacional. (processo 471-T-52)

- 40 O apelo à região foi feito por Edgard Jacintho como forma de compensar a modesta construção que não encaixava no padrão arquitetônico dos tombamentos realizados no litoral. Era preciso considerar o fato de que o IPHAN estava nos “estados de patrimônio pobre”. A igreja então foi tombada, fugindo ao padrão da excepcionalidade em nível nacional. Dessa forma, ressaltava-se o caráter regional e a simplicidade do interior do sertão, visão alheia ao padrão e às recomendações internacionais (cartas patrimoniais); uma vez que a valorização da arquitetura modesta apareceu documentada em nível mundial no Manifesto de Amsterdã somente em 1975. Em outros documentos, Edgard Jacintho refere-se à rusticidade de imóveis e de como ela é fundamental para preservar a ambiência da paisagem que ele observa. Esse será o caso do seu estudo na Cidade de Goiás, realizado em 1948.
- 41 O mesmo critério regional apareceu em outras pesquisas do arquiteto e fotógrafo pelo sertão do IPHAN: Vila Bela da Santíssima Trindade, Cáceres, Corumbá, Cidade de Goiás e etc. A partir do seu trabalho, outros funcionários também ressaltaram a região como critério primordial, evidenciando a importância do trabalho de Jacintho. O sertão estava sendo reconhecido e, ao mesmo tempo, construído pelo IPHAN. Para tal, as viagens foram fundamentais. De certa forma, continuaram a tradição das viagens de naturalistas e cientistas estrangeiros ou locais pelo território brasileiro. Agora, viajava-se para o sertão, ora para fins de inventário, ora para inspeção de obras, criando imagens do país e, assim, foi atribuída a Jacintho a função de identificar, ou melhor, criar o patrimônio do sertão.

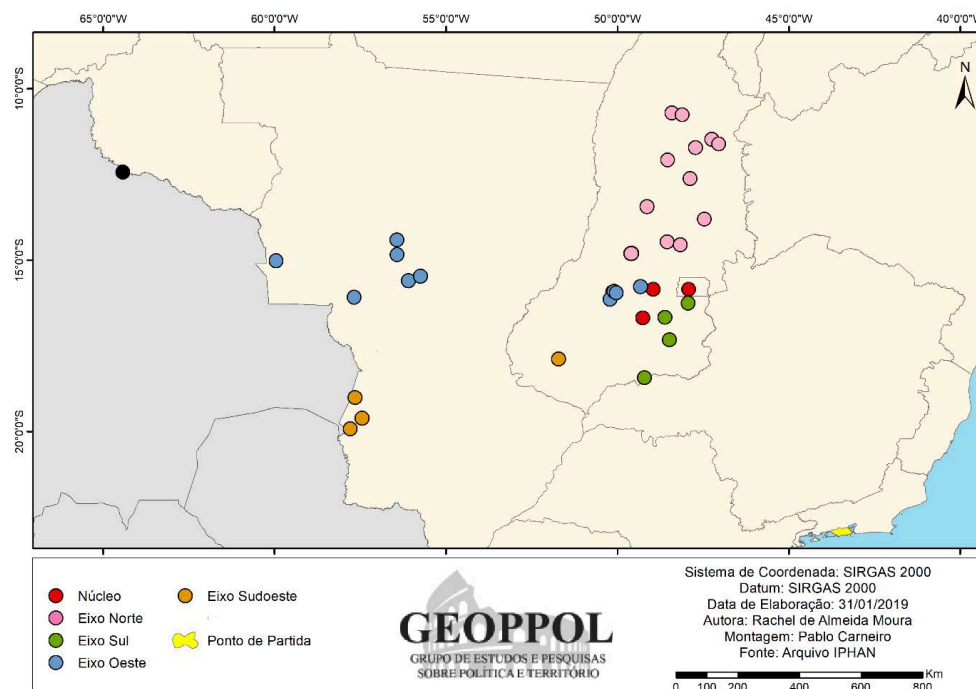
2.2. Identificando algumas viagens

- 42 As primeiras viagens de Edgard Jacintho para o sertão do IPHAN datam de 1946, 1948 e 1949. Partindo do Rio de Janeiro, os percursos seguidos por este funcionário podem ser divididos em seis principais direções, a saber (Figura 2):
- 43 1 - Núcleo (entendido como a conexão entre Goiânia, Cidade de Goiás e Brasília) – O núcleo foi o local de chegada mais utilizado. A partir do núcleo, as viagens seguiam diversas direções. Antes da construção de Brasília, em 1960, a chegada de avião acontecia em Goiânia.
- 2 - Eixo Sul – Seguiu-se do núcleo para o eixo sul de automóvel, em direção a cidades como Luziânia, Sylvania, Santa Cruz de Goiás e Itumbiara. Viagens feitas ainda na década de 1940.
- 3 - Eixo Oeste – Viagens no final da década de 1940. Seguiu-se do núcleo para o oeste de automóvel ou chegava-se de avião em Cuiabá, capital de Mato Grosso. Jacintho visitou Chapada dos Guimarães, Rosário Oeste, Diamantino, Cáceres, Vila Bela da Santíssima Trindade, Arraial do Ferreiro, Arraial do Ouro Fino, Mossamedes e Jaraguá.
- 4 - Eixo Norte – Ocorreu em 1951. Quem definiu o percurso foi o próprio Edgard Jacintho. Nessa viagem, o arquiteto iniciou o trajeto em Porto Nacional (avião de carreira) e seguiu pelo eixo norte em um avião de pequeno porte. Porto Nacional – Monte Carmo – São Miguel e Almas – Paranã – Peixe – Natividade. Retorno: Almas ou Arraiás (ponto de reabastecimento) – Porto Nacional – Rio de Janeiro.
- 5 - Eixo Sudoeste – Viagens na década de 1970. Do núcleo para o Forte Coimbra, Porto

Esperança, Corumbá e Jataí.

6 - Eixo Noroeste – Ano de 1951. Iniciada como uma viagem de avião direto para o município de Guajará-mirim, onde se situa o Forte Príncipe da Beira. A sua primeira ida ao forte foi de caráter emergencial para retirar a vegetação que dominava a área construída. Em entrevista, Jacintho (1988) disse que passou uma semana hospedado na guarnição do exército se alimentando de frutas por não conseguir seguir a dieta de carne de tartaruga e, após solucionar o problema da vegetação, iniciou um vasto trabalho de inventariação e produziu, principalmente, documentação fotográfica.

Figura 2: Viagens de Edgard Jacintho



Fonte: Elaboração própria

- 44 Ao término das viagens, relatórios eram produzidos e encaminhados ao diretor geral. A partir das viagens de reconhecimento, Edgard Jacintho escrevia um parecer indicando ou não a abertura do processo do tombamento, bem como a necessidade de obras para restauro de caráter emergencial. Portanto, tinham a finalidade de realizar reconhecimento e levantamento do inventário. Havia também aquelas viagens dedicadas à inspeção de obras. Os principais aspectos geográficos dos relatórios são: a localização do objeto de estudo, descrição da paisagem local com indicação a algum elemento forte para a dinâmica daquela localidade como, por exemplo, rios e serras, anotações sobre a dinâmica urbana, festas populares, conflitos e acontecimentos vividos pelo viajante.
- 45 No caso dos relatórios de Edgard Jacintho, a objetividade própria de um arquiteto que classifica e ordena supera a subjetividade do narrador; embora possamos percebê-la, pois a própria viagem é uma experiência geográfica. Nos relatórios, a partir da década de 1970, há maior detalhe referente à experiência da viagem, assim como maior participação da comunidade local em reuniões com o IPHAN (o que antes era restrito às pessoas públicas do executivo e da igreja).

2.3. Rumo ao desenvolvimento

- 46 As viagens alimentaram o imaginário geográfico. O sertão visitado por Edgard Jacintho era o espaço da barbárie que precisava ser incluído na civilização brasileira e o IPHAN contribuiu para tal. Essas representações estavam presentes no próprio discurso do diretor que chamou o trabalho do IPHAN de uma obra de civilização (continuidade da obra iniciada durante o período colonial), e, por isso, as atividades eram realizadas com devoção pela causa à altura do que representaria ser funcionário público, conforme Gonçalves (1996). O discurso para compreender o Brasil tratou a ocupação do interior como uma tarefa épica.
- 47 A passagem do IPHAN pelos municípios trazia visibilidade e o Estado, representado pelo funcionário público, era motivo jornalístico. A presença de gente da capital ou de um órgão do governo tinha peso no sertão. O nome de Edgard Jacintho e de outros funcionários, principalmente do diretor, foi citado em várias reportagens.³
- 48 Contudo, a presença do IPHAN trazia também muitas questões para serem discutidas, principalmente sobre se a proposta de preservação iria manter o atraso no sertão ou seria o vetor do tão desejado progresso. Edgard Jacintho já falava de crescimento econômico associado às políticas culturais e de como a preservação do patrimônio seria importante para a cidade no futuro. A divergência de ideias gerou conflitos locais e levou a instituição a adequar a sua política de preservação.
- 49 A principal mudança que identificamos nos estados de atuação de Edgard Jacintho foi a proposta de tombamento de um bem isolado em substituição à ideia de conjunto, como ocorrera em Minas Gerais. Foi uma estratégia adotada para diminuir a pressão de agentes urbanos que queriam reformas nas cidades, ao mesmo tempo em que garantiria uma preservação imediata.
- 50 No caso da cidade de Goiás, após deixar de ser capital do estado, sofreu um processo de declínio que precisou ser compensado por várias ações, entre elas, a patrimonialização da cidade. Foi o que Tamaso (2007) indicou ser uma “situação crítica”. Inicialmente não foi atribuído nenhum valor excepcional para os bens na cidade. O diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade respondeu às solicitações feitas à instituição em 10 de fevereiro de 1943:
- [...] cumpre-se ponderar, por vosso atencioso intermédio, que a ideia em apreço não quer parecer, data vênica, muito acertada a este Serviço, à vista dos elementos coligidos a seu respeito.
- Verifica-se, efetivamente, que a mencionada cidade foi gravemente desfigurada no seu aspecto tradicional, em consequência de reformas, muito prejudiciais realizadas na maioria talvez das suas construções antigas [...]. (Processo 0345-T-42, folha 15, grifo do autor)
- 51 Se as construções foram consideradas descaracterizadas por reformas ou com uma arquitetura singela, um novo estudo, realizado por Edgard Jacintho em 1948, definiu a possibilidade de reverter⁴ tais obras de modernização ao indicar igrejas, residências, o palácio dos governadores, chafariz da boa morte e antiga casa de câmara e cadeia para tombamento. Essa seria então uma forma de combater o declínio econômico da cidade.
- 52 Foi ainda nesse trabalho de Edgard Jacintho que se iniciou a proposta de transformar a casa de câmara e cadeia da Cidade de Goiás no Museu das Bandeiras. O arquiteto trabalhou na restauração do imóvel e na implantação do museu (época em que a administração dos museus fazia parte das políticas públicas do IPHAN). Segundo

Jacinto (1988), do trabalho de restauração surgiu o interesse pelos museus, pois ele relacionou a carência desses lugares de memória com a possibilidade de recuperação do monumento.

- 53 Outro estudo importante realizado foi sobre o Forte Coimbra, em Mato Grosso do Sul, local onde foi organizado um parque histórico. Em outro parecer, Edgard Jacinto propôs um estudo para o conhecimento do acervo dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul intitulado: *Indicações preliminares para a elaboração de um programa a ser desenvolvido em proveito do acervo cultural nas áreas dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul*. Nele, o funcionário sugeriu que o forte Coimbra e a Gruta Ricardo Franco fossem transformadas em um parque com acesso fluvial. A viagem por si só seria a atração principal. Aqui, ideias de paraíso tropical e paisagem exuberante associadas ao turismo aparecem nos escritos de Edgard Jacinto. De Corumbá pegar-se-ia o trem da ferrovia noroeste Brasil para Porto Esperança e, de lá, seguir-se-ia para o forte Coimbra de barco. Encontramos no arquivo de fotografias (série inventário, caixa 146 MT) indícios de que Edgard Jacinto procurou fotografar as paisagens desse trajeto elaborado por ele para serem usadas como justificativa ao plano:

Só esse espetacular trecho do rio Paraguai que se percorre, seja de Porto Esperança ao forte, já constitui uma autêntica viagem turística. Esse lance do rio corresponde a uma das passagens mais bonitas do Pantanal. [...] Na época da cheia, o Pantanal torna-se mais empolgante como cenário. (Jacinto, 1988: 36-37)

- 54 Foram vários outros estudos e propostas foram elaborados por Edgard Jacinto com a intenção de promover uma política cultural consistente no centro-oeste que permitisse tanto a preservação do patrimônio quanto a sua divulgação. Eles indicavam o entendimento da instituição de que a preservação não estava apenas no tombamento do imóvel, mas no seu uso para divulgação da cultura, por meio da refuncionalização, principalmente para museus e pontos turísticos, e demonstravam a importância do trabalho do arquiteto que viajou e articulou com os poderes locais as possibilidades de tornar visível a memória nacional.
- 55 A chegada do IPHAN no sertão vinha, portanto, carregada de narrativas sobre a nacionalidade e a existência da civilização brasileira. Políticas públicas de patrimônio fizeram parte das ações de uma nação moderna que caminhava rumo ao desenvolvimento. Em especial, o momento em que o IPHAN se voltou para o estado de Goiás foi o mesmo em ocorreu o processo de expansão das frentes pioneiras, com a criação da colônia agrícola nacional e a inauguração de Goiânia.
- 56 Nas décadas subsequentes, encontramos vários documentos que indicam parcerias realizadas entre o instituto do patrimônio e a SUDECO (Superintendência de desenvolvimento da região sudeste) ou a SUPLAN (Secretaria de obras e planejamento de Goiás), ambas dedicadas à promoção da integração do espaço mato-grossense e goiano ao território nacional. Alguns programas que dialogavam com o IPHAN demonstravam, já na década de 1960, a ideia de que turismo e patrimônio incluiriam o centro-oeste no processo de acumulação capitalista.
- 57 Vale lembrar que, conforme Calabre (2009: 59), “entre as décadas de 1960 e 1970, as questões da cultura ganharam maior importância dentro da área de planejamento público e passaram a ser incluídas no rol daquelas ligadas à problemática do desenvolvimento”. Assim, no estado de Mato Grosso, Barcelos (2018) mostrou que a Fundação Cultural de Mato Grosso, criada em 1975, teve o papel regional de construir narrativas que corroborassem com as políticas de preservação do patrimônio; além de

financiar eventos comemorativos e cívicos. Esse foi o caso do Festejo do Bicentenário da cidade de Cáceres, em 1978, que teve o objetivo de transformá-lo no “maior evento comemorativo mato-grossense”.

- 58 A comissão era composta por integrantes dos governos estadual, municipal, militares e da sociedade civil, os quais estabeleceram uma agenda comum com diversos órgãos públicos das demais esferas políticas, conforme destaca Barcelos (2018). Em diálogo com IPHAN e seu papel na visibilidade regional e nacional do bem arquitetônico, a comissão foi responsável pela transformação em patrimônio histórico e artístico nacional o Marco do Jauru (já concebido em nível estadual como monumento histórico). Barcelos (2018) ressalta que a conclusão de seu tombamento ocorreu no dia 04 de outubro de 1978, na véspera do dia 06 de outubro, data de aniversário da cidade, e tal fato sacralizou o Marco e seus valores como referência cultural.
- 59 Gomes (2013) defende que há uma trama locacional, isto é, arranjos físicos de coisas, pessoas e fenômenos da qual participam as diferentes formas de imagens. A presença do IPHAN não apenas traz visibilidade, mas faz parte do grupo de atores que produzem a trama locacional. Isto é, portanto, mais uma dimensão da geografia sobre o Brasil produzida por essa instituição. Assim, juntamente com as reportagens de jornais, eventos para rememoração e intervenções públicas, as espacialidades estão presentes nas composições das fotografias e processos de tombamento que moldam a visibilidade do sertão. Espacialidades de elementos regionais em consonância com elementos nacionais também podem ser considerados arranjos físicos que participam de uma geografia imaginativa.

2.4. Ideias fantásticas sobre o território

- 60 Quando o IPHAN avançou pelo território, desbravando o sertão para patrimonializar a memória do país, a dificuldade do acesso físico abriu as portas para o imaginário de uma geografia outrora divulgada pelas narrativas de viagens dos naturalistas. Reaparecem mitos e ideias sobre o sertão no qual haverá um encontro com espaços hostis, rurais, fantásticos e paradisíacos. Mesmo havendo um direcionamento do que encontrar, bem como uma postura científica nas viagens que produziam o conhecimento sobre o patrimônio, as surpresas e aventuras no sertão aparecem nas narrativas do viajante Edgard Jacintho. Elas revelam uma geografia do sensível e uma geografia imaginária. São ideias que há muito tempo circulam no imaginário social e emergiram nessas viagens.
- 61 Em sua primeira ida a Pilar de Goiás, antigo Arraiá de Papuan, Edgard Jacintho diz que ele e sua equipe “chegaram de avião em Goiânia e começaram a perguntar as pessoas como chegar em Pilar de Goiás”, considerado um lugar remoto. Jacintho ouviu frases do tipo: “Ih, toma cuidado, o senhor vai lá? Só moram papudos” (em referência ao antigo nome Papuan). Avisavam ainda que ele iria “conhecer uma das cinco maravilhas de Goiás...o maior sino fundido do Brasil. É tão grande que cabe debaixo dele um homem a cavalo” (Jacintho, 1988).
- 62 O imaginário geográfico do sertão, lugar distante e típico na luta do homem com a terra, se mistura com a fé sertaneja e a capacidade produtiva do homem civilizado que vive do extrativismo e constrói um sino de 900 quilos, uma maravilha técnica em Goiás, fronteira do desenvolvimento do país.

- 63 Pilar de Goiás ainda era um lugar remoto no final da década de 1940. Foi preciso um cuidado especial no planejamento da viagem, pois Edgard Jacintho sabia que não haveria nenhum recurso para abastecimento do veículo. “Nessas peregrinações, às vezes, rodava-se mais de uma semana sem possibilidade de abastecimento”. O sertão aqui aparece mais uma vez. E o sertanejo, homem que dominou a natureza do sertão torna-se fundamental para que Jacintho chegue em seu destino. Após uns 300 quilômetros de Goiânia, abandonaram a estrada e entraram pelos “caminhos dos trilheiros” e precisavam de um sertanejo para se orientar. Sem o sertanejo, Jacintho afirma categoricamente que não chegaria aos lugares.

[...] de repente o trilheiro bifurcava, se esgalhava em três outros rumos. E tudo igual. E agora? O cabloco tem um sentido de orientação muito apurado [...] parava o carro, descia, chegava para lá, olhava para cá, sentava, auscultava o chão como o índio e depois fazia o seu diagnóstico: é este, e apontava a trilha a seguir; não se enganava.” (Jacintho, 1988: 15)

- 64 Ao chegar em Pilar de Goiás, Edgard Jacintho é o outro, o forasteiro e, portanto, foi mal recebido. Pessoas fechavam as casas e se recolhiam. Com muito esforço, conseguiu acesso ao prefeito. Só depois desse contato com a autoridade que as janelas das casas voltaram a se abrir. “Coisa interessante, não é? Isso aconteceu em vários lugares de Goiás em diversas situações...naturalmente, só chegava gente naquelas paragens de ano em ano ou mais” (Jacintho, 1988: 16).
- 65 A aventura pela geografia do sertão estava também em atravessar de carro um bando de emas; desviar em ziguezague das casas de cupins (murundus); administrar um pouco de gasolina no avião de pequeno porte, pois não teriam como chegar no lugar de destino; encarar a poeira na estrada capaz de cobrir todo o corpo, exceto os olhos protegidos por óculos. “O ácido da terra combinava com o suor e a pele ficava queimada, escamada, mudávamos de pele em cada viagem” (Jacintho, 1988: 45). No sertão também enfrentou a falta de água e comida quando perdeu a barca em Cavalcanti (GO). Nessa aventura, o funcionário do IPHAN dormiu no carro e conseguiu vencer a fome quando um dono de fazenda lhe ofereceu um frango. Ele também foi recompensado ao encontrar o paraíso de um país tropical. Deu o exemplo do Arraial do Carmo do Norte, em Tocantins, e comparou com o Arraial de Canudos de Antônio Conselheiro. “Esse circuito, esse périplo constitui na verdade uma aventura por aqueles sertões de Goiás” (Jacintho, 1988: 16).
- 66 Outrora, os mares eram objetos de fantasias e desbravá-los era um ato de coragem e aventura, pois era a fronteira ocidental a ser ultrapassada. Esses elementos representativos são transportados para o sertão, travessia arriscada, fronteira oeste do Brasil, lugar do corajoso sertanejo. As viagens de Edgard Jacintho contribuem para a construção da ideia de sertão do patrimônio.

2.5. Arquitetura de fronteira

- 67 As viagens para os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia também trazem a relação da arquitetura na condição de fronteira, palavra que também se relaciona com a noção de sertão. É o caso da visita de Jacintho aos fortes Príncipe da Beira e Coimbra na década de 1970 principalmente. “O projeto de salvaguarda do patrimônio edificado em Cuiabá estava permeado da intencionalidade na busca por

afirmar a história de expansão do litoral para o interior de forma a rememorar a desenvolvimento do Estado português” (Jacintho, 1988).

- 68 A valorização da arquitetura militar participa da construção de representações sobre a faixa de fronteira, local de ação do exército brasileiro para a preservação da integridade territorial do país, além de fortalecer a presença do Estado. Em algumas das regiões mais inóspitas das fronteiras brasileiras, o exército foi ou ainda é a única instituição nacional presente.
- 69 Mato Grosso e Mato Grosso do Sul encontravam-se entrelaçados à época colonial pela política expansionista, marcada pela Guerra Brasil e Paraguai, discussões sobre tratados e limites e a reocupação da Amazônia, já no século XX. Portanto, a fronteira destacada pelo trabalho do IPHAN ainda era atual na política pública de Vargas e dos governos subsequentes.
- 70 A noção de fronteira é um marco simbólico. Categoria geográfica que carrega o imaginário de limites entre natureza e cultura, civilização e barbárie e lugar marcado por signos de identidade. Definidas por diversos critérios, as demarcações do território refletem a produção científica, narrativas, crenças, discursos políticos e a prática socioespacial. Nesse sentido, o destaque dado ao Rio Paraguai, no estudo sobre o Forte Coimbra, marca a importância da fronteira física e da fronteira simbólica, uma vez que a colonização do Brasil ocorreu, entre outros fatores, pelo desbravamento dos rios. Fortemente marcado nas fotografias, por compor o espaço negativo num tamanho maior do que o espaço positivo (que se refere ao assunto; isto é, ao forte). O contexto espacial do isolamento de uma área de fronteira gerou um ato fotográfico diferente, em que a volumetria da natureza é a maior escala, embora a volumetria do forte, ao menos em termos de massa, é marcada pela sua posição de destaque no enquadramento.
- 71 Em documentos, Edgard Jacintho refere-se ao elemento construído: localizado à margem direita do Rio Paraguai. O destaque para o elemento natural relaciona-se com a geopolítica da faixa de fronteira, que se solidifica com rotas de comunicações entre as demais regiões do sul (Rio Tietê e Rio Paraguai) e norte (Rio Madeira e rio Guaporé) do país, bem como a observação de uma paisagem deslumbrante, segundo entrevista de Jacintho (1988).
- 72 Em Rondônia, no forte Príncipe da Beira, o elemento natural é a vegetação da floresta equatorial. O objeto/assunto presente na fotografia é orientado pelo que está a sua volta, novamente numa escala volumétrica que traduz a vitória do homem construtor numa área isolada, ao mesmo tempo em que informa a necessidade de preservação do forte, praticamente dominado pela força da natureza. É a relação de conflito entre o homem e a natureza, uma marca da memória brasileira em uma nação rumo ao desenvolvimento. Sua ida em 1951 foi para restaurar e limpar a área da vegetação que crescia, trabalho realizado outras vezes por Jacintho, em 1954 e 1957.
- 73 As ruínas de Vila Bela da Santíssima Trindade, em Mato Grosso, também se inserem no contexto de representações sobre as fronteiras. Em relatório, Edgard Jacintho defende sua preservação por “seu assentamento decidido em zona de fronteira por significar uma doutrina geopolítica de conotação expansionista”. Continua sua análise no que ele chama de “pólo [sic] de irradiação civilizadora” a partir do núcleo urbano da capital primitiva, estrategicamente implantado “entre as vertentes das bacias amazônicas e platina”. Para Edgard Jacintho, é dessa localização inicial que surgirá os primeiros arraiais de origem aurífera, como Pilar, Boa Vista, Ouro Fino, Sant’Ana e outros tantos.

A irradiação de Vila Bela chega à fundação planejada de Vila Maria, atual Cáceres, para consolidar a rota fluvial no sentido norte-sul.

- 74 Documentos de comemoração do bicentenário de Vila Bela, datados da década de 1970, e que foram encontrados na série de inventários, demonstram a preocupação em rememorar o lugar a partir de duas ações: a implantação de um museu arqueológico (que só ocorreria 20 anos depois) e a necessidade de uma educação escolar voltada para as ruínas. Foram investimentos na memória brasileira em projetos institucionais que marcaram e deram um sentido ao passado e que contaram com as ideias e o trabalho de Edgard Jacintho.

2.6. A figura do sertanejo e sua casa

- 75 Por mais que o foco fosse as edificações, os registros fotográficos incluíam o morador, o sertanejo, característica que foge ao padrão da fotografia de arquitetura de então, que apagava traços da presença humana. As pessoas aparecem nas trivialidades do dia a dia, o que também é resgatado em alguns textos de Edgard Jacintho, uma vez que o funcionário defende o tombamento como maneira de “preservar o modo de vida local” ou o “tombamento como parte da comunidade”.
- 76 O sertanejo é forjado na sua convivência estreita com a natureza, com múltiplas representações: o ribeirão, o quilombola, o chapadeiro, o pantaneiro, que se diferenciam pela etnia, habilidades e técnicas utilizadas no meio físico (Figura 3). Segundo Tuan (1983), historicamente, a analogia entre a anatomia humana e a fisionomia da terra é amplamente difundida. Na Geografia, os gêneros de vida e os tipos humanos associados ao ambiente são o exemplo clássico.

Figura 3: Casa e sertanejo, Pilar de Goiás (GO), Edgard Jacintho (1956)



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, série inventários, caixa GO 113, pasta 3

- 77 O sertanejo que aparece na foto ou é citado nos relatórios faz parte de um conjunto de ideias sobre o sertão. As fotografias de Edgard Jacintho não são apenas consequências das ideias do Estado Novo, elas compreendem um sistema de cultura que está sendo construído muito antes da criação do órgão em que ele trabalha. Um exemplo desse sistema foi apresentado por Daou (2001: 136). Para a autora, as imagens dos tipos e aspectos do Brasil elaboradas pelo artista Percy Lau promoveram [...] “um certo Brasil como produto da ação e do pensamento de determinados indivíduos, de modo que se torna possível pensar uma coletividade [...]”. A autora demonstra como o inventário dos brasileiros reconhece a pluralidade do povo e os incorpora ao regionalismo constituído de tradições inventadas. Assim, “[...] atuam por todo o território promovendo o ‘milagre da humanização de uma paisagem situada a grande distância dos focos da civilização nacional’ [...]” (Daou, 2001: 140).
- 78 O trabalho de Edgard Jacintho destacou a simplicidade da construção da casa sertaneja (Figura 4). A paisagem do sertão levou à adoção de técnicas e elementos construtivos adaptados às questões naturais. Segundo Coelho (1997), os edifícios característicos da arquitetura da mineração passam a ser construídos com uma estrutura autônoma de madeira, formando gaiolas onde as paredes, construídas em adobe (formada de tijolos de barro cozidos no sol, paralelos e unidos por argamassa de óleo de peixe ou baleia) ou pau-a-pique, servem apenas como vedação e não mais como elemento estrutural, como acontece com a taipa-de-pilão, preferida dos paulistas.

Figura 4: Fazenda Facão, Cáceres (MT), Edgard Jacintho (1977)



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, série inventários, caixa MT 140, pasta 1

- 79 Coelho (1997) ainda afirmar que a adaptação desse modelo de arquitetura ao perfil acidentado do terreno levará à criação de porões e de segundos pavimentos, quando a declividade assim permitir ou exigir. Fato que contribui para justificar que, embora seja

uma arquitetura bastante simples se comparada àquela encontrada nas cidades mineiras, a adaptação à natureza elaborou uma forma própria, dando-lhe um valor de excepcionalidade em escala regional necessário à sua patrimonialização. Para Tuan (1983), o edifício torna a cultura visível e expressa padrões funcionais e rítmicos. Os padrões são oriundos da movimentação e da vida social. Assim, a simplicidade arquitetônica dialoga com os espaços rurais, tornando-se um traço desse ambiente.

2.7. A igreja

- 80 De todos os edifícios escolhidos para serem bens patrimoniais, a igreja é o que predomina como assunto das fotografias e entre os tombamentos. A Igreja Católica não se opôs, aos menos nos processos de tombamentos que analisamos nesta pesquisa, e ainda foi responsável por solicitar vários trabalhos de inventariação. A valorização da arquitetura religiosa teve uma apropriação política importante, uma vez que, com a República, a Igreja perdeu poder ao término do padroado e este poderia ser recomposto durante o Estado Novo. Segundo Schwartzman (2018), dentre os acordos estabelecidos por Getúlio Vargas para o fortalecimento do regime, a relação com a Igreja Católica é fundamental no Estado Novo.
- 81 Nas figuras 5, 6 e 7, a seguir, apresentamos igrejas e casas do sertão. É relevante destacar o tamanho das construções, uma vez que há simplicidade na forma dos templos religiosos (o que também aparecerá nas casas de residências). O elemento natural predominante é o céu do planalto central, que contribui para a composição da igreja em sua amplitude. A forma arquitetônica dessas igrejas difere daquelas encontradas na Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro e para a valorização delas a paisagem se torna fundamental, pois é a natureza monumental que as envolve e as ressalta.

Figura 5: Igreja Nossa Senhora das Mercês, Pilar de Goiás (GO), Edgard Jacintho (1951)



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, série inventários, caixa GO 114, pasta 1

Figura 6: Igreja Nossa Senhora do Rosário, Jaguará (GO), Edgard Jacintho (1957)



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, série inventários, caixa 112, pasta 1

Figura 7: Igreja Nossa Senhora das Mercês, Pilar de Goiás (GO), Edgard Jacintho (1956)



Fonte: Arquivo Central do IPAN, série inventário, caixa 113, pasta 2

- 82 A arquitetura cria um espaço para satisfazer as necessidades práticas. No primeiro momento da colonização foi ela que diferenciou o espaço da natureza selvagem do mundo do homem. Nesse sentido, as edificações são a fronteira que dialoga com o céu, com o cerrado e com o relevo. Não apenas as edificações participam da memória nacional, os espaços naturais são espaços construídos pelo imaginário coletivo. A visão de Edgard Jacintho foi condicionada por outras visões ao mesmo tempo em que construiu a ideia de patrimônio no interior; para isso, ele se apoiou nas representações sobre a natureza do sertão do planalto central. Não obstante, nos documentos analisados, a síntese da paisagem valoriza a dimensão histórica em relação às construções humanas. Por esse motivo, defendemos que a paisagem não envolve o bem no sentido de entorno que contextualiza a obra humana, mas complementa e adiciona valor aos bens imóveis.
- 83 Na figura 5, a Igreja Nossa Senhora Mercês em Pilar de Goiás, tomada à distância por Edgard Jacintho, provavelmente para indicar a posição da igreja na paisagem local, revela a ausência de construções para além da igreja. Por conseguinte, o vazio do sertão ou o seu poder monumental também são representados na figura 6, onde há a igreja, o céu do planalto central e a vegetação, estando a linha do telhado da igreja na diagonal a direcionar o olhar para os elementos naturais e na figura 7, onde a vegetação, maior que a Igreja Nossa Senhora do Pilar e compondo mais da metade do enquadramento, oferece o caráter monumental.
- 84 A partir dos padrões identificados, torna-se claro que o papel das instituições de memória na atribuição de “valor histórico” também está presente na produção de imagens que possuem um duplo efeito: legitimam as escolhas do IPHAN, ao mesmo tempo que influenciam em narrativas que extrapolam as ações burocráticas, e participam da construção de uma memória geográfica de um sertão do patrimônio, pois

foram os elementos da natureza monumental observados e vivenciados por Edgard Jacintho que orientaram as estratégias da instituição. Assim, a solenidade da edificação esteve vinculada à paisagem circundante e foi enriquecida com a irregularidade oferecida pela topografia e pela composição do espaço urbano, bem como por imaginários geográficos do sertão, contraponto ao litoral.

Considerações Finais

- 85 O arquiteto Edgard Jacintho fotografou para o IPHAN. Designado a mostrar o patrimônio, Jacintho mostrou a natureza do sertão que ele descobriu e construiu a cada percurso de viagem. Ele foi um intelectual do patrimônio que participou da elaboração das ideias sobre o Brasil, num momento em que o país estava sendo construído por brasileiros em diversos campos da ciência, arte e cultura.
- 86 O sertão fez parte do repertório imaginativo e precisava também ser incorporado ao trabalho do IPHAN; por isso, as viagens atravessavam o país em busca da memória nacional, cujo principal instrumento para sua preservação era o tombamento, conforme definido pelo decreto-lei 25/37, que criou o IPHAN. A busca por bens elegíveis para o tombamento nos vastos espaços do interior fazia parte, portanto, de um processo civilizatório que buscava incorporar todo o território na construção do Brasil, enquanto comunidade imaginada, conforme a perspectiva de Anderson (1989). A tarefa de construção da memória era também geográfica.
- 87 As viagens de Edgard Jacintho são fundamentais para entendermos o processo de decisão da instituição. Seu trabalho, contatos locais, pareceres e fotografias fizeram do tombamento dos bens um processo de seleção e de capacidade de convencimento. No seu trabalho diário acabou por conduzir olhares, sobretudo por meio das fotografias.
- 88 A memória geográfica também está presente nos itinerários das viagens de Edgard Jacintho, que buscamos aqui apresentar, pois elas são agentes no sentido de nortear o viajante e definirem os espaços a serem privilegiados ou não, e, por extensão, definirem o sertão do IPHAN, que se contrapôs ao padrão litorâneo do patrimônio.
- 89 O sertão, termo de múltiplas acepções, apareceu para nós como recorte espacial dos “estados de patrimônio mais pobre”. Foi também a paisagem do sertão e seu adjetivo regional o ponto forte para justificar as políticas públicas culturais. É claro que não ainda se entendia a paisagem como o próprio bem a ser preservado (conceito introduzido no meio patrimonial após os anos 2000), mas sua força está na elaboração das memórias geográficas de caráter regional, outro contraponto à excepcionalidade do bem encontrado no litoral, cujas memórias têm amplitude nacional.
- 90 As imagens dos bens arquitetônicos tornam visível uma paisagem do centro-oeste bastante diferente do litoral e criam a memória geográfica do sertão. Uma paisagem que justifica, inclusive, uma arquitetura diferenciada.
- 91 Para além das fotografias anexadas nos processos de tombamento, essas imagens circulam no meio técnico, são reproduzidas nas publicações da instituição, em jornais e exposições pelo país. Elas formam um sistema, seguem uma ordem, valorizam a ideia de conjunto. Nas pastas da série inventário, elas aparecem de maneira sequenciada por localidade e ano. O mesmo assunto, fotografado de diversos ângulos, com enquadramentos mais sensíveis, indo além do que era exigido nas pautas fotográficas. Acrescentamos a isso, a leitura dos documentos na mesma série e nos processos de

tombamento. Todas essas fontes nos deram a imagem do território do patrimônio. Critérios, viagens, condições e técnicas fotográficas que orientam o olhar e definem estratégias para as políticas culturais, possibilidades criadas pelas redes de contatos ou colaboradores e a experiência *in loco* – indicativos de uma inteligência espacial.

- 92 A invenção da paisagem dos “estados de patrimônio pobre” é o sertão composto por planaltos, encostas e vales com suas vastidões e informa um determinado padrão fotográfico de Edgard Jacintho, em que a arquitetura definiu funções sociais, hierarquia, conteúdos históricos; seu trabalho revelou, sobretudo, que os espaços naturais também são construídos pela forma de enquadramento fotográfico, pela posição relativa dos elementos naturais. Assim, o imaginário geográfico não é alheio à geografia do lugar. Referentes enquadrados nas fotografias alimentaram o imaginário sobre o sertão, recriando e difundindo uma ideia.
- 93 A invenção do patrimônio constitui a invenção de lugares de memória por excelência. Dessa relação, defendemos que se criou a memória geográfica por meio do repertório de ações do IPHAN, sobretudo, pelo valor heurístico das imagens fotográficas de Edgard Jacintho, fotógrafo e arquiteto do patrimônio.
- 94 A memória geográfica, portanto, está presente nas imagens e imaginações prévias entre litoral e sertão; no roteiro, na experiência de viagens e suas relações com outras marchas de produção de conhecimento pelo território; no registro dos rincões e de uma fronteira em movimento; nas redes de sociabilidades e na comunidade científica; na localização e posição das superintendências da instituição; no estado representado por Edgard Jacintho como arquiteto da área central (Rio de Janeiro); na materialização do sertanejo e do sertão; na composição fotográfica; e por fim, na cartografia do olhar que orienta a produção, armazenamento e circulação das fotografias que tornam visível o território do patrimônio.

BIBLIOGRAFIA

- Anderson, Benedict (1989). *Nação e Consciência Nacional*. 1.ed. São Paulo: Ática.
- Andrade, Rodrigo Melo Ferreira (1987). *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre patrimônio cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro: SPHAN/Fundação Nacional Pró-memória.
- Barbo, Lenora de C; Ribeiro, Rômulo J. da C. (2015). “Os itinerários da rede de caminhos de Vila Boa de Goiás no século XVIII”. *Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Braga, Portugal, pp.437-450. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1494&sum=sim> Acesso em: 10 ago. 2018.
- Barcelos, Giovani da Silva (2018). *Forte Príncipe da Beira: conhecimento, valoração e preservação*. 206 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro.
- Calabre, Lia (2009). *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

- Chuva, Márcia (2009). *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed: UFRJ.
- Coelho, Gustavo Neiva (1997). *A formação do espaço urbano nas vilas do ouro: o caso de Vila Boa*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Daniels, Stephen (2011). “Geographical imagination”. *Transactions of the Institute of British Geographers*. n. 36, pp. 182-187. Disponível em: <https://rgs-ibg.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1475-5661.2011.00440.x> Acesso em: 10 dez. 2018.
- Daou, Ana. Maria., “Tipos e aspectos do Brasil: imagens e imagem do Brasil por meio da iconografia de Percy Lau”. In: Rosendahl, Zeny; Corrêa, Roberto. Lobato. (orgs.). *Paisagem, Imaginário e Espaço*. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, pp. 135-162.
- Fonseca, Brenda Coelho; Cerqueira, Telma Soares. “Mapeamento Preliminar das atividades dos fotógrafos do IPHAN (1937-1987)”. In: Lima, Francisca H. B.; Melhem, Monica M.; Cunha, Oscar H. L. de B. (orgs.). *A Fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar*. 1. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008, pp. 13-32.
- Fonseca, Maria Cecília Londres (2009). *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- Gonçalves, José Reginaldo Santos (1996). *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN.
- Gomes, Paulo César da Costa (2013). *O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Jacinto, Edgard (1988). *Memória Oral*. Entrevista concedida por Edgard Jacinto em 29 de março e 03 de maio de 1983 n° 4. Rio de Janeiro, IPHAN. Arquivo Central. Série Personalidades/Edgard Jacinto.
- Thompson, Analucia (2009). *Memórias do Patrimônio: entrevista com Judith Martins*. 1. Ed. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC.
- Rubino, Silvana (1996). “O mapa do Brasil passado”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 24, pp. 96-115.
- Ryan James; Schwartz, Joan. (2009) *Picturing place. Photography and the geographical imagination*. 3.ed. Londres: I.B. Tauris.
- Schwarcz, Lília Moritz (1998). *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Tamaso, Izabela (2007). *Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na Cidade de Goiás*. 768 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília.
- Tuan, Yi-Fu (1983). *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. 1. ed. São Paulo: Difel.
- Wright, John Kirtland. (1947). “Terrae Incognitae: the place of the imagination in Geography”. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 37, n. 1, pp. 1-15.

ANEXOS

Documentos

Arquivo Central do IPHAN – ACI/RJ, séries consultadas: série personalidades, série tombamentos e série inventário. Processos de Tombamento consultados: 0345-T-42 - 0427-T-50 - 0452-T-51 - 0471-T-52 - 0510-T-54 - 0552-T-56 - 0553-T-57 - 0877-T-73 - 0917-T-74 - 0966-T-77 - 1123-T-84 - 1180-T-85 - 1181-T-85 e 1182-T-85.

NOTAS

1. Dividido pela historiografia brasileira em três períodos: 1930 a 1934 – Governo Provisório, 1934 a 1937 – Governo Constitucional e 1937 a 1945 – Estado Novo. O segundo governo compreende 1951 a 1954, resultado de eleição direta, até seu suicídio.
2. Segundo o site da *Maritime Timetable*, a *Royal Mail Line* possuía grandes navios movidos a diesel e, em 1930, contava na rota Sul-Americana com 8 transatlânticos; entre eles, o Alcântara, que no itinerário entre Buenos Aires e Londres, parava em vários portos brasileiros. O Alcântara circulou pelos portos do Brasil entre 1927 e 1958.
3. Um exemplo disso está no Jornal *O Estado de Mato Grosso*, 1978. Edição 080072. Fonte: Hemeroteca Biblioteca Nacional, cujo título da reportagem é “O diretor do IPHAN visita cidades mato-grossenses”.
4. Nesse momento da história da conservação se sobressaem as ideias de Viollet-de-Luc, que defendia a destruição de todos os acréscimos de épocas de modo a restituir cientificamente o original. Era necessário conduzir o monumento ao estado mais puro, a partir de critérios definidos e de estudos sobre o que era o original.

RESUMOS

Este trabalho aborda a relação entre memória e geografia através das viagens de inventariação realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) entre os anos de 1940 e 1970. O nosso objetivo geral é compreender a geografia do IPHAN através do trabalho de Edgard Jacintho e seu papel na construção de uma imagem de Brasil. Nosso estudo se caracteriza pela pesquisa em arquivo e pela perspectiva teórica advinda da geografia cultural, ao menos no que concerne aos conceitos de *paisagem* e *imaginário geográfico*. O esforço de identificação e reunião de imagens produz uma geografia dos lugares de memória a partir das viagens pelo país. Casas de fundição, câmara e cadeia, casas paulistas, fazendas, conjuntos urbanos, igrejas e fortes são a arquitetura de padrão barroco definido pelos modernistas como a arte genuinamente brasileira; contudo, em contraste com outras áreas, a natureza do sertão é mais do que o entorno do bem. Identificamos a geografia presente nos roteiros de viagem, na composição e divulgação das fotografias. Encontramos ainda o reforço a uma geografia fantástica e aos elementos naturais: o rio, a mata e a montanha – a eles são atribuídos valores de excepcionalidade, uma vez que a arquitetura difere da monumentalidade do padrão arquitetônico do litoral.

Este trabajo aborda la relación entre memoria y geografía a través de los viajes de inventario realizados por el Instituto Nacional del Patrimonio Histórico y Artístico - IPHAN - entre los años 1940 y 1970. Nuestro objetivo general es comprender la geografía del IPHAN a través del trabajo de Edgard Jacintho y su papel en la construcción de una imagen de Brasil. Nuestro estudio se

caracteriza por la investigación archivística y la perspectiva teórica que surge de la geografía cultural, al menos en lo que concierne a los conceptos de *paisaje* e *imagería geográfica*. El esfuerzo por identificar y ensamblar imágenes produce una geografía de lugares de memoria a partir de viajes por el país. Las fundiciones, la cámara y la cárcel, las casas de São Paulo, las granjas, los conjuntos urbanos, las iglesias y los fuertes son arquitectura barroca definida por los modernistas como arte genuinamente brasileña; sin embargo, a diferencia de otras áreas, la naturaleza del interior es más que el entorno del bien. Identificamos la geografía presente en los itinerarios de viaje, en la composición y difusión de las fotografías. También encontramos refuerzo a una geografía fantástica y elementos naturales: el río, el bosque, la montaña – se les atribuyen valores excepcionales, ya que la arquitectura difiere de la monumentalidad del patrón arquitectónico de la costa.

This work is about the relation between memory and geography through the heritage description trips made by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN) between the years of 1940 and 1970. Our general objective is being to understand the backwoods of IPHAN through the work of Edgard Jacintho and his role in construction of an image of Brazil. Our study is characterized by archival research and the theoretical perspective derived from cultural geography, at least in what concerns the concepts of *landscape* and *geographic imaginary*. The effort to identify and gather images produces a geography of places of memory from travels through the country. Foundry houses, chamber and jail houses, houses of São Paulo, farms, urban groups, churches and forts are the model architecture defined by the modernists as genuinely Brazilian art; however, in contrast to other areas, the nature of the backwoods is more than what is around the architectural. We identified the geography present in the travel itineraries, in the composition and dissemination of the photography. We also find reinforcement to a fantastic geography and natural elements: the river, the forest, the mountain – They are attributed exceptional values, since the architecture differs from the monumentality of the architectural pattern of the coast.

Cet ouvrage aborde la relation entre mémoire et géographie à travers les voyages d'inventaire réalisés par l'Institut national du patrimoine historique et artistique - IPHAN - entre les années 1940 et 1970. Notre objectif général est comprendre la géographie de l'IPHAN à travers le travail d'Edgard Jacintho et son rôle dans la construction d'une image du Brésil. Notre étude est caractérisée par la recherche archivistique et la perspective théorique dérivée de la géographie culturelle, du moins en ce qui concerne les concepts de *paysage* et *d'imagerie géographique*. L'effort d'identification et de collecte d'images produit une géographie des lieux de mémoire basée sur des voyages à travers le pays. Les maisons de la fonderie, la chambre et la prison, les maisons de São Paulo, les fermes, les complexes urbains, les églises et les forts sont une architecture baroque définie par les modernistes comme un art authentiquement brésilien; cependant, contrairement à d'autres régions, la nature de l'arrière-pays est plus que ce qui entoure le bien architectural. Nous identifions la géographie présente dans les itinéraires de voyage, la composition et la diffusion des photographies. On retrouve également le renforcement d'une géographie fantastique des éléments naturels: la rivière, la forêt, et la montagne auxquels on attribue des valeurs exceptionnelles car l'architecture diffère de la monumentalité du schéma architectural de la côte.

ÍNDICE

Índice geográfico: Brasil

Palavras-chave: sertão, IPHAN, patrimônio, imagem

Palabras claves: sertão, IPHAN, patrimonio, imagen

Índice cronológico: 1940-1970

Keywords: sertão, IPHAN, patrimony, image

Mots-clés: sertão, IPHAN, patrimoine, image

AUTOR

RACHEL DE ALMEIDA MOURA

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

rachel_amoura@yahoo.com.br